



Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): experiência de ação remota do CECANE-UFV na região geográfica imediata de Almenara/MG para fomento à compra de alimentos da agricultura familiar

National School Feeding Program (PNAE): Remote Action Experience of CECANE-UFV in the Immediate Geographical Region of Almenara, Minas Gerais, to Promote the Purchase of Food from Family Farming

BARBOSA, Marília P.¹; OLIVEIRA, Maria do Carmo F.²; COELHO, Ana Íris M.³; SARAIVA, Daniela C.⁴; ROSA, Vanessa⁵; GALVÃO, Lívia O.⁶.

¹ CECANE-UFV, petraglia@hotmail.com; ² CECANE-UFV, mcfontesufv@gmail.com;

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo Temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo: O Centro de Colaboração em Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal de Viçosa (CECANE-UFV), em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Educação, desenvolve oficinas de alinhamento da oferta e demanda dos produtos cultivados pela agricultura familiar destinados à alimentação escolar. O intuito é colaborar para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar com foco no cumprimento da Lei nº11.947 a qual garante que no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados aos estados e municípios sejam destinados à compra da agricultura familiar. Este trabalho aborda os resultados da oficina realizada em 2022 na região geográfica imediata de Almenara/MG e as dificuldades de cumprimento desse percentual mínimo por parte dos municípios participantes.

Palavras-Chave: agroecologia; políticas públicas; segurança alimentar; merenda escolar.

Contexto

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), uma das políticas públicas de alimentação e nutrição mais robustas do Brasil, cumpre um papel importante na segurança alimentar e nutricional dos estudantes da educação básica pública.

O PNAE fornece refeições adequadas e saudáveis e estimula ações de educação alimentar e nutricional dentro das escolas, desde a educação infantil até a educação de jovens e adultos.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal gestora do PNAE, desburocratizou o processo de compras da agricultura familiar para o Programa quando permitiu que as compras públicas para esse fim ocorresse por meio de chamada pública e pela média de preços da cotação no mercado do produtor.

Após mais de dez anos de existência da Lei Federal do PNAE, o FNDE ainda identifica, por meio de seus sistemas online de prestação de contas, lacunas e desafios na execução do Programa.



Para acompanhar o Programa mais de perto, a autarquia realizou parcerias com Instituições de Ensino Superior para que essas realizem ações e atividades em municípios e estados por meio do projeto denominado CECANE – Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar. Atualmente o FNDE conta com o apoio de mais de 20 Centros espalhados pelo país, dentre eles o CECANE-UFV.

Dentre as ações oferecidos pelo CECANE-UFV como apoio à efetiva utilização de recursos disponibilizados pelo FNDE destacam-se as oficinas da agricultura familiar. As referidas oficinas visam otimizar a utilização de recursos destinadas à alimentação escolar através do PNAE cuja legislação garante que pelo menos 30% desses recursos sejam destinados à compra da agricultura familiar. Devido à pandemia do Coronavírus em 2020 e o consequente isolamento social que se fez necessário, as oficinas foram realizadas virtualmente.

Descrição da Experiência

O relato de experiência técnica descrito nesse trabalho refere-se à uma das três oficinas realizadas remotamente pelo CECANE-UFV em 2022. A oficina “Tem agricultura familiar na alimentação escolar” realizada nos dias 21 e 22 de setembro com duração total de 6 horas teve como público alvo organizações da agricultura familiar, agricultores familiares individuais, gestores da educação e da agricultura, nutricionistas (responsáveis técnicos), técnicos de assistência técnica agrícola local e representantes da vigilância sanitária.

A região contemplada foi a região geográfica imediata de Almenara que inclui 14 municípios brasileiros do estado de Minas Gerais, a saber: Mata Verde, Jordânia, Jequitinhonha, Felisburgo, Bandeira, Joáima, Santa Maria do Salto, Rubim, Rio do Prado, Santo Antônio do Jacinto, Salto da Divisa, Almenara, Jacinto e Palmópolis.

O critério de escolha para relatar essa oficina especificamente foi o número de agricultores familiares presentes, o qual surpreendeu uma vez que a experiência se deu de forma remota.

O mapeamento e identificação dessa região de abrangência da oficina se deu por meio do levantamento do percentual de compra da agricultura familiar e do número de agricultores familiares nos municípios.

Os dados sobre o percentual de compras foram obtidos no Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC) e se referem aos valores gastos por município com a compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar destinados ao PNAE nos anos de 2019, 2020 e 2021. Tal informação consta no item 6 do questionário de execução física respondida pelo gestor.

Os critérios utilizados para escolha dos municípios circunvizinhos de Almenara são do IBGE (2017) que definem as regiões geográficas imediatas e intermediárias dos municípios.

Para mapeamento dos agricultores, foram utilizadas as informações do “Sistema DAP” que contém informações sobre o número de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP) físicas e jurídicas ativas e informações repassadas por telefone pelas entidades executoras do PNAE que fizeram contato com associações, cooperativas e agricultores individuais que ofertavam produtos ao PNAE.



O convite para participação nas oficinas ficou a cargo das entidades executoras.

Resultados

Estavam presentes na oficina 54 participantes de 11 dos 14 municípios contemplados, a saber: Almenara, Bandeira, Felisburgo, Jacinto, Jequitinhonha, Joáima, Jordânia, Mata Verde, Rio do Prado, Rubim e Santo Antônio do Jacinto.

No Quadro 1, tem-se o quantitativo de representantes presentes demonstrando a relevante adesão em presença dos agricultores familiares.

Estiveram também presentes representantes do CAE, da EMATER, nutricionistas, profissionais da educação, das Secretarias de Educação e Agricultura, do setor de compras e licitações, do Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT), engenheiro de alimentos, dentre outros que não se identificaram.

Representantes	Quantitativo
Agricultor(a) Familiar	15
CAE	6
EMATER	8
Engenheira de Alimentos	1
IFMT	1
Nutricionista	9
Profissionais da Educação	3
Secretaria da Agricultura	1
Secretaria da Educação	2
Setor de Compras e Licitações	2
Não se identificaram	6
Total	54

Quadro 1. Quantitativo de atores sociais do PNAE presentes na Oficina Regional para Agricultura Familiar e Alimentação Escolar da Região de Almenara/MG, em 2022.

Aos presentes, foram apresentados os valores totais recebidos por município do PNAE em 2021 e o valor referente aos 30% mínimos que por lei devem ser destinados à compra de produtos da agricultura familiar.

Os dados mostrados no Quadro 2 evidenciam que juntos os 14 municípios somam R\$ 1.868.620,60 em recursos recebidos do FNDE/PNAE, o que representa como teoricamente destinado à agricultura familiar o montante significativo de R\$ 560.586,18.

Na prática, contudo, esse valor não foi alcançado. Dentre os 14 municípios, apenas 50% deles atingiram o mínimo de 30% de compra da agricultura familiar no ano de 2021 com uma tímida destinação média de 34% dos recursos para esse fim.

A mesma porcentagem média se deu em 2019 e quando analisado o ano de 2020, apenas 29% dos municípios alcançaram o mínimo legalmente estabelecido. Tal queda possivelmente pode ser explicada pela pandemia e suas consequências na organização do ano letivo das escolas.

A outra metade dos municípios utilizou em média apenas 13% dos recursos destinados à agricultura familiar nos anos de 2021 e 2020, e 16% no ano de 2019.



Quando analisadas o número de DAPs ativas dos 14 municípios que somam 5.199, percebe-se que a realidade de compra dos municípios não reflete o montante de famílias agrícolas da região.

Município	Valores recebidos em 2021 (em reais)
Almenara	465.687,20
Jequitinhonha	266.453,00
Joaíma	187.739,20
Rubim	156.717,00
Santo Antônio do Jacinto	126.227,20
Salto da Divisa	123.367,20
Jacinto	116.331,60
Felisburgo	90.072,40
Mata Verde	89.570,80
Jordânia	72.545,00
Santa Maria do Salto	52.518,40
Palmópolis	48.094,20
Rio do Prado	38.896,00
Bandeira	34.401,40
TOTAL	1.868.620,60
30%	560.586,18

Quadro 2. Recursos do FNDE/PNAE repassados aos municípios da Região Geográfica de Almenara/MG em 2021.

Existe assim espaço para otimizar a utilização dos recursos e melhorar a qualidade de vida de muitos agricultores quando com acesso a esses recursos disponíveis.

No decorrer da Oficina, no que tange aos municípios que alcançaram o mínimo de compras de 30% da agricultura familiar, foi ressaltado especialmente pelos agricultores a efetiva participação dos atores sociais nos municípios, como os representantes do CAE e da EMATER, assim como a ativa participação das nutricionistas responsáveis técnicas que ao conhecer a oferta de produtos da região melhor adequar os cardápios das escolas.

Conforme conclui BRITO e col (2020), um não levantamento prévio da produção local para melhor adequação dos cardápios das escolas é um fator de grande relevância no desencontro entre oferta e demanda. Considerando que o PNAE é uma importante fonte de renda para muitos agricultores e dado o considerável montante disponibilizado é garantido por lei que seja destinado exclusivamente à agricultura familiar, conclui-se que há muito a ser feito para otimizar a utilização desses recursos nessa região. Um caminho para a referida otimização é a mobilização dos atores sociais envolvidos no PNAE para que oferta e demanda se encontrem para o bem das escolas e seus alunos, e para o bem da economia local e de seus agricultores.

Dentre as dificuldades levantadas pelos agricultores e agricultoras durante as oficinas, foram relatadas a escassez de água e inexistência dos grupos formais (cooperativas e associações). A orientação dada pelos agentes do CECANE UFV foi uma maior atuação da Secretaria Municipal da Agricultura e dos órgãos de



assistência técnica na construção de estratégias para que a escassez de água não se torne um obstáculo à oferta de alimentos. Uma estratégia sugerida durante a oficina foi a construção de cisternas para captação de água da chuva, uma tecnologia social que tem trazido bons resultados para o semiárido brasileiro. Além disso, foi sugerida também aos representantes da Secretaria Municipal da Agricultura e demais órgãos do município que realizassem cursos de formação em cooperativismo e associativismo para agricultura familiar.

Questões referentes ao planejamento de compra foram colocadas como dificuldades durante as oficinas, especialmente no que se refere ao cumprimento do cronograma estabelecido entre as partes e adequação dos cardápios da merenda escolar à oferta de produtos locais.

Em relação ao cumprimento do cronograma estabelecido entre as partes, foi citado o Artigo 38 da Resolução 06/2020 do FNDE que dispõe sobre a celebração dos contratos e devidos deveres e direitos das partes envolvidas. Foi também mostrado o modelo de contrato sugerido pelo FNDE e foi enfatizada a importância do diálogo entre as partes em caso de imprevisto. Sobre a adequação da oferta à demanda, foi enfatizada a importância de uma participação efetiva da(o) nutricionista responsável técnica(o) na interação com agricultores e empreendedores familiares rurais de forma a conhecer a produção local e criação de um cardápio que contemple de forma saudável os produtos disponíveis. Conhecer a produção local é muito importante para ampliar o espectro de visão sobre a disponibilidade da região bem como para propor itens ainda não produzidos localmente.

Sobre a compra de alimentos processados, a ausência de regularização sanitária foi colocada durante a oficina como empecilho à compra e, neste sentido, o CECANE UFV orientou aos participantes que fosse a EMATER em conjunto com a Secretaria da Agricultura e Secretaria da Saúde que tomassem as medidas necessárias para adequar os produtos da agricultura familiar às exigências sanitárias da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Quanto ao recebimento de amostra dos alimentos para controle de qualidade, foi esclarecido aos participantes sobre o Artigo 41 da Resolução 06/2020 do FNDE que dispõe sobre a possibilidade de a Entidade Executora prever em edital de licitação ou da chamada pública, a apresentação de amostras pelo licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, para avaliação e seleção do produto a ser adquirido. As amostras devem ser submetidas às análises necessárias imediatamente após a homologação.

Em todos os desafios citados, percebe-se a importância do comprometimento dos atores sociais envolvidos para uma satisfatória execução do PNAE, cuja união reflete em melhoria da adequação da oferta e demanda, permitindo que todos sejam positivamente contemplados: os agricultores e empreendedores familiares, os estudantes, a economia local que em crescimento favorece todos os indivíduos da região e a regeneração ambiental, ao favorecer técnicas agrícolas mais sustentáveis.

Agradecimentos

Enquanto equipe do CECANE-UFV, agradecemos imensamente ao FNDE e demais atores sociais envolvidos na execução do PNAE na Região Geográfica Imediata de



Almenara-MG, a saber: nutricionistas, profissionais da educação, representantes da EMATER, representantes da Secretaria de Educação e do Ministério da Agricultura, conselheiros de alimentação escolar e agricultores familiares que estiveram presentes contribuindo para a melhor execução do PNAE.

Referências bibliográficas

Brasil. Lei nº 11.947, 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2009.

Brasil. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. PNAE, DF. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso em: 26 jun. 2023.

Brasil. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias. Brasília, DF. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas/regioes-ibge-pnae>. Acesso em: 15 ago. 2022.

Brasil. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. SIGPC. Acesso Público, DF. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/sistemas/sigpc-aceso-publico>. Acesso em: 15 ago. 2022.

Brasil. Ministério de Desenvolvimento da Agricultura. Sistemas DAP. Brasília, DF. 2023. Disponível em: <https://dap.mda.gov.br/>. Acesso em 15 ago. 2022

BRITO, T. P.; ROCHA, L. C. D. da; HIRATA, A. R.; RAIMUNDO, R. R. F.; GALVÃO, L. O. A valorização da sociobiodiversidade na alimentação escolar. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 27, p. e020030, 2020. DOI: 10.20396/san.v27i0.8659632. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8659632>. Acesso em: 2 jul. 2023.